

GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Joaquim Carlos Racy

Doutor e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie (CCSA-UPM) e do Departamento de Economia da PUC. Economista.

E-mail: racjo@uol.com.br

Resumo

Este pequeno ensaio tem por objetivo apresentar breves considerações, e, nesse sentido, levantar algumas questões para o debate sobre o fenômeno da globalização e seus impactos sobre a ideia de nação. Dessa maneira, procuramos conceituar globalização e identidade nacional para, a partir disso, tecer alguns comentários sobre o significado do fenômeno para a noção de identidade nacional.

Palavras-chave: Globalização, Identidade nacional, Estado.

1

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo articular uma breve reflexão sobre o fenômeno da globalização e suas consequências para a ideia de nação enquanto fenômeno determinante da realidade social na modernidade.

Obviamente, não pretendendo esgotar o assunto, procuraremos explorar algumas características internas da globalização, bem como da concepção normalmente aceita desse processo. Da mesma forma, procuraremos avaliar alguns aspectos do problema relativos à questão nacional na atualidade, como resultado do processo em curso no sistema internacional.

Trata-se, por conseguinte, de estabelecer relações entre esses fenômenos e de indicar alguma perspectiva para o desenvolvimento futuro desse processo. Nesse sentido, a análise realizada neste trabalho privilegiará um campo mais restrito da realidade e, portanto, irá operar com conceitos bastante delimitados, apontados no corpo do artigo.

2

CONSIDERAÇÕES BÁSICAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Enquanto processo real, a globalização tem sido apontada por boa parte da comunidade científica como uma tendência irreversível do sistema internacional. No entanto, ainda pouco se pode avaliar da natureza desse fenômeno

e de suas implicações para a conformação de uma nova ordem de relacionamentos no sistema em questão.

Com o objetivo de dar substância à nossa análise, procuramos entender a globalização, diferentemente do que vulgarmente se tem feito a esse respeito, como um processo, em nada novo, resultante do desenvolvimento do sistema econômico capitalista e das relações que este, historicamente, veio a estabelecer no cenário mundial.

Não se trata, é claro, de retomar as velhas teses do imperialismo, mas sim de reafirmar a evidência desse sistema enquanto fenômeno datado historicamente¹, e de suas características intrínsecas de sobrevivência e desenvolvimento.

Nesse sentido, entendemos a globalização como um movimento eminentemente econômico de interação de processos produtivos gerando uma economia ou um mercado global, que resulta dos contenciosos internacionais originados e aprofundados com o desenvolvimento da concorrência econômica entre Estados nacionais.

Nessa perspectiva se colocaria também a dimensão política da globalização, na medida em que esta acena com a possibilidade de mudança do papel até presentemente desempenhado pelos Estados nacionais, como atores fundamentais de um sistema mundial.

Ganham destaque nesse quadro as iniciativas de organização de sistemas supranacionais com o objetivo de reordenamento das relações internacionais, tais como a Liga das Nações, já enterrada, e a Organização das Nações Unidas, sob ameaça, isto é, com chances duvidosas de sobrevivência, pelo menos em sua configuração original.

Em ambos os casos, o insucesso das iniciativas pode ser atribuído, em maior parte, à incapacidade de esses sistemas estabelecerem um ambiente menos permeável à ação dos Estados nacionais enquanto agentes principais do sistema internacional².

É interessante notar que um dos únicos subsistemas, dentro do sistema Organização das Nações Unidas (ONU), que se apresentam atualmente como uma interlocução válida no âmbito das relações internacionais refere-se às Organizações Internacionais Não Governamentais.

1 A esse respeito, é fundamental observar o Capítulo 1 da obra *A evolução do capitalismo* (1977).

2 Estamos nos referindo aqui à concepção de Hobbes de política internacional, que caracteriza os Estados como agentes primordiais do sistema. Tal concepção esteve profundamente marcada pela ordem que então se estabelecia com o capitalismo nascente e suas possibilidades. Para uma melhor avaliação do problema, sugerimos uma leitura do capítulo correspondente ao tema na obra de Merle (1981).

Isso porque as ações emanadas desse grupo de organizações colocam-se como questões que excedem às inseridas na esfera do Estado, dizendo respeito a uma consciência universal dos indivíduos.

É importante assinalar, por outro lado, que são vários os exemplos da história, inclusive recente, que nos informam quanto a consciência universal tem se colocado em confronto com a consciência nacional, entendendo-se esta como uma forma já tradicional, isto é, consolidada com a Revolução Francesa (democrático-burguesa), de racionalização do desejo de realização do progresso material dos indivíduos. Esta é, na realidade, a contradição que tem minado a existência do próprio sistema ONU.

Obviamente, contudo, essa situação não deve eliminar a possibilidade de efetivação de um sistema global, mas, muito provavelmente, tal sistema deverá ter contornos delimitados pela excludência dos interesses dos diferentes grupos de indivíduos que venham a compô-lo.

A globalização vista a partir das relações de interesses pode ser, portanto, considerada um processo de racionalização que, segundo se supõe, representa maior eficácia para a solução do desenvolvimento assimétrico da sociedade internacional, restringindo-se atualmente ao campo da economia e, particularmente, das organizações empresariais³.

Foge ao escopo deste artigo levantar questões relativas à ideologia que dá entorno a esse processo, mas cabe lembrar que o fenômeno da globalização, tal como entendido presentemente, só passa a ter uma nítida definição em termos de opinião pública após a superação do litígio hemisférico Leste/Oeste, com a queda do muro de Berlim.

O movimento no sentido da globalização, contudo, poderia ter sua origem localizada já ao término da Primeira Grande Guerra que, com a internacionalização dos capitais produtivos e financeiros privados, propiciaria as condições para a Grande Depressão⁴. Esta, por sua vez, ao reforçar os postulados da ordem internacional precedente, levaria à Segunda Grande Guerra que, por fim, geraria as revoluções microeletrônica, energética e biotecnológica que consubstanciam o novo fenômeno de globalização⁵. Foram esses eventos que,

3 Nesse sentido, é importante acrescentar não haver nenhuma evidência empírica de que a globalização seja uma realidade mesmo nas organizações empresariais. Vários estudos na área têm revelado a persistência do sentimento nacional nessas organizações, uma vez que os processos decisórios, mantendo-se centralizados, conferem somente um caráter internacional a essas organizações.

4 A respeito dessa questão é importante ver Galbraith (1982) e Moffitt (1984).

5 É interessante notar que em grande parte das obras sobre o fenômeno da globalização atribui-se a esse fenômeno outras denominações e significados como em Schaff (1990).

inclusive, alimentaram as iniciativas de criação de organismos “supranacionais” de ordenamento e controle das relações internacionais.

O que diferencia, nesse sentido, o movimento de globalização anterior do movimento que atualmente presenciamos é a forma de sua realização ou a forma como os diferentes interesses se aglutinam em torno de instituições com novos papéis no sistema internacional⁶.

Se antes os interesses de grande parte dos grupos de indivíduos se manifestavam por intermédio dos Estados nacionais, hoje se manifestam por meio de comunidades de negócios, de ideias, étnicas, religiosas etc.

Mas, mesmo no campo econômico, dentro da nova ordem de relacionamentos que se estabelecem no sistema internacional atual, onde se observa a constituição de um mercado global, encontram-se ambiguidades tremendas reveladas, por exemplo, pelos processos de regionalização, já de *per se* ambivalentes em relação à globalização, e pela exclusão de grupos inteiros de sociedades nesse processo.

Assim, segundo essa ótica, não há como deixar de considerar, mesmo que concordando com a assertiva da desintegração do Estado nacional como elemento básico da aglutinação dos interesses dos indivíduos, a sobrevivência ou a preservação do desejo de conquista de condições superiores de vida material, isto é, bem-estar, negado a parcelas expressivas de grupos de indivíduos nas sociedades que compõem o sistema internacional.

3

IDENTIDADE NACIONAL

A concepção aqui considerada, para a articulação de uma relação entre os fenômenos de globalização e identidade nacional, está assentada fundamentalmente no conceito de nação de Anderson (1989), segundo o qual esta é sempre uma “comunidade política imaginada”.

6 É fundamental que se ressalte que a doutrina econômica que dá suporte a esse processo é o liberalismo, cujo nascimento e materialização se deu com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra e que fez desse país o grande império do século XIX. Não é de surpreender o fato de se acomodar a ordem internacional ao liberalismo quando, a exemplo do que acontece hoje com os Estados Unidos, se estabelece uma supremacia econômica, tecnológica e militar no sistema internacional. A esse respeito, é fundamental a releitura do capítulo referente à Revolução Industrial em Hobsbawm (1982a); e ainda a conclusão da obra *A era do capital* (1982b).

No entanto, se a nação é um fenômeno que pode ter sua materialidade contestada, recorremos a Hobsbawm (1991) que, analisando critérios subjetivos e objetivos para a definição de nação, constata a substancialidade do fenômeno a partir do momento em que este esteja respaldado no sentimento nacional desenvolvido por um povo.

Naturalmente, o sentimento nacional que dá efetividade à nação teve sua materialização, conforme apontamento no item anterior deste artigo, viabilizada pela consolidação universal dos desejos de progresso material expressos pelos indivíduos, o que significa que esse sentimento, e o fato de os indivíduos de uma ou outra forma ostentarem a manifestação de uma nacionalidade, ficou facilitado com a instauração de uma ordem nascida do ideário da Revolução Francesa, democrático-burguês, e a liberação das forças produtivas com o desenvolvimento do sistema econômico capitalista.

Não pretendemos afirmar, com isso, que o sentimento nacional seja uma categoria construída sobre elementos absolutamente materiais. Ao contrário, esse sentimento, antes de mais nada, tem de estar fundado na articulação de noções de culturas preexistentes. Os traços etnolinguísticos, geográficos e religiosos são importantíssimos nesse sentido.

É necessário destacar, entretanto, que a nacionalidade, desde há muito tempo, tem se baseado no compartilhamento da consciência nacional por indivíduos de diferentes línguas, etnias e crenças religiosas, o que, inclusive, tem tornado o termo nação amplo e impreciso.

Novamente recorrendo a Hobsbawm (1991), devemos reconhecer que a “questão nacional”, como colocada pela teoria marxista tradicional, assume a condição de verdade na medida em que situa a possibilidade da nação e, por conseguinte, de seu conhecimento “na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social”.

Assim, os indivíduos compartilham os mesmos anseios quando têm algum elemento de identificação entre si, ou algum fator objetivo que fundamente a expressão de sentimentos idênticos. E, na história moderna, esse elemento tem sido o Estado, na medida em que este, ainda hoje, ostenta as condições mais concretas de realização do sentimento nacional.

Contudo, o que interessa sublinhar neste artigo é o fato de que, extinguindo-se a figura do Estado como elemento promotor de uma identidade entre indivíduos, não se deve suprimir necessariamente o sentimento nacional, passando este, talvez, a expressar-se de outras formas.

4

GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Como resultado das colocações anteriores, podemos brevemente afirmar que, embora se referindo a um movimento restrito a um segmento do mundo econômico com as implicações próprias do fato, a globalização põe em xeque a figura do Estado nacional em sua configuração atual. No entanto, isso não nos parece suficiente para que se afirme a extinção do sentido de nação.

Obviamente, o conceito e o sentido de nação, nutridos com a ordem democrático-burguesa impressa pela Revolução Francesa à sociedade ocidental, podem ser considerados derivações do desenvolvimento do sistema econômico capitalista e têm a ver, em muito, com as condições de reprodução social.

Se a globalização, quer por caracterizar-se como um movimento intrínseco ao sistema econômico capitalista – com o sentido de superação de crises inerentes ao próprio sistema e manifesto de diferentes maneiras durante sua história –, quer por apresentar-se como um processo restrito, impreciso e, acima de tudo, ambíguo, não altera em profundidade a natureza das necessidades dos indivíduos, destacando-se dentre elas aquelas que se referem à identificação de seus interesses, sejam estes de qualquer ordem, não se pode desprezar a importância que o sentimento nacional ainda confere à realidade.

Nesse sentido, ainda que o Estado não reúna mais as condições de realização desse sentimento, este deve subsistir, manifestando-se, talvez, por meio de outras instituições, cabendo, portanto, aos cientistas sociais o estudo das novas formas de manifestação do fenômeno de identificação nacional.

GLOBALIZATION AND NATIONAL IDENTITY

Abstract

This article aims to show some brief considerations, and in this way to put some questions to the debate, about the globalization and its impacts on the nation idea. In this sense, we sought to concept globalization and make some comment about the meaning of it to the national identity notion.

Keywords: Globalization, National identity, State.

Referências

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- GALBRAITH, J. K. *A era da incerteza*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era do capital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.
- HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MERLE, M. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasiliense, 1990.